

Sarney traça plano de impacto pelos 5 anos

O Governo Federal planeja o lançamento de um plano de grande impacto, destinado a ampliar, na Constituinte, sua base de apoio à tese do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Mas esse plano será deflagrado apenas no caso de a votação sobre o mandato de Sarney se verificar no final de março ou início do abril, época em que se prevê uma inflação entre 20% e 25%.

A curto prazo, segundo avaliações do Governo, dificilmente a Constituinte rejeitará o mandato de cinco anos. Os signatários da emenda que fixa esse período — os 316 constituintes do Centrão — continuam mobilizados em torno da ideia e se beneficiam, por ora, da impressão, que o Palácio do Planalto está conseguindo transmitir, de melhoria da situação do País, devido à mudança do ministro da Fazenda.

Em fevereiro e março, porém, essa imagem talvez já não subsista. Por isso, o Governo precisará

adotar medidas drásticas, para reverter um quadro politicamente desfavorável na Constituinte.

Em conversa com parlamentares que apoiam a tese dos cinco anos, Sarney deixou transparecer esse receio, sublinhando entre outras coisas, o fato de que o Governo está num círculo de fogo, por força da ação dos especuladores.

O Presidente reconheceu, por exemplo, que o País aposta na inflação, num jogo altamente negativo bancado pelo Governo. Os possuidores de poupança, os portadores de papéis governamentais, o sistema financeiro em geral, todo mundo, enfim, no entender do Presidente, torce pela inflação, acreditando, psicologicamente, que isso lhes proporcione maiores benefícios.

Choque

O Governo, apesar das declarações em contrário do novo ministro da Fazenda, poderá recorrer a medidas drásticas caso a

inflação persista, em níveis ascendentes, nos dois meses próximos. Não está descartada a hipótese de um choque econômico, sobretudo capaz de restringir a expectativa de ganhos exagerados em relação aos títulos públicos.

Para manter o apoio dos governadores favoráveis aos cinco anos — nos quais já não poderá oferecer muitos recursos do erário, pois isso agravaria a inflação resultante da ciranda especulativa — o Governo terá de proporcionar outras compensações políticas, entre elas o projeto impacto. O choque teria contra si a lembrança do fracasso dos cruzados I e II. Mas, o projeto poderá dar resultados positivos, a curto e médio prazo, se não se limitar a uma belecer congelamento de preços, se alcançar setores não abrangidos pelos planos anteriores. Isso ajudaria a preservar o apoio do Centrão e dos governadores pelo menos até que a Constituinte conclua seus trabalhos.

Governo teme "fisiologia" do Centrão

Uma das razões pelas quais o presidente José Sarney insiste na antecipação da votação do tempo de mandato deve-se ao que é considerado, no Palácio, fisiologismo do Centrão. O Presidente está preocupado com o volume de pressões que este grupo pode fazer para a obtenção de favores em troca da aprovação do mandato de cinco anos e, por isso, trabalha pessoalmente para inverter a pauta de votação da Constituinte, conforme apurou a reportagem do *Jornal de Brasília*.

Sarney não entende por que os progressistas do PMDB e os partidos de oposição são desfavoráveis à mudança da pauta. Pelo seu raciocínio, só quem se

beneficia com o prolongamento deste debate é o grupo que tem maioria e pode pressionar o Governo, ocupando posições de destaque na administração federal. E ele ainda não usou abertamente este argumento por considerar que dificultaria as negociações e até mesmo a vitória da tese de inversão da pauta.

Eleições

O outro motivo, já dito publicamente pelo Presidente, através do governador Alvaro Dias, do Paraná, e do prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, é a dificuldade imposta pela indefinição. Sem sistema de Governo

e mandato definidos o País, diz Sarney, não consegue investimentos necessários e até mesmo as negociações da dívida externa ficam prejudicadas.

O Presidente só não faz crítica ao Centrão porque sabe exatamente qual é a estratégia deste grupo: mantém a expectativa de que os parlamentares menos fisiológicos se sensibilizem com a ideia de inversão, que beneficiaria todos.

Além disso, o Presidente já está convencido de que, votado o mandato, os demais capítulos da Constituição teriam consenso e o documento seria aprovado em menos tempo.

Votação será mais fácil, diz Prisco

Salvador — O ministro da Habitação e Urbanismo, Luiz Prisco Viana, defendeu ontem em entrevista, nesta capital, a votação já da duração do mandato do presidente Sarney, como forma de desobstruir a Constituinte e facilitar a discussão de outros temas.

Prisco acha que a antecipação da votação seria útil para a própria Constituinte, na medida em que a questão do mandato, pelo seu peso político, tem polarizado as atenções, transformando-se num elemento de paralisação da Assembleia.

«Se pudermos resolver esta questão antecipadamente, deixaremos a Assembleia dentro de um ambiente de tranquilidade para votar as questões fundamentais. O mandato, apesar de importante politicamente, não é um tema fundamental para a Constituição. Mas, polariza as discussões, relegando a um plano secundário as questões relacionadas com a ordem econômica e social», comentou.

Segundo o ministro, a estratégia para viabilizar a votação imediata é mais técnica do que política.

Argumentos de Lourenço

Gerson Menezes

Caráter anti-regimental da proposta, risco de aprovação dos quatro anos de mandato e abertura de um precedente que justificaria novas inversões são alguns dos argumentos utilizados pelo líder José Lourenço, do PFL, para justificar sua oposição à inversão da pauta da Constituinte, que permitiria a votação antecipada do mandato presidencial.

Por motivos óbvios, o líder não cita, no entanto, a verdadeira motivação para que ele faça oposição à proposta: o fato de, votado o mandato presidencial, cessar o elemento de barganha que os integrantes do Centrão têm para reivindicar favores do Governo e espaços na máquina administrativa.

Conhecedor da lentidão com que o presidente José Sarney toma decisões, Lourenço, prefere esticar ao máximo o prazo até uma decisão final, enquanto reitera sua convicção de que há necessidade de uma reformulação ministerial para adequar o Governo à sua "verdadeira base de sustentação", segundo costuma qualificar o

Centrão. Para o grupo suprapartidário, o "risco" maior não estaria, portanto, no fato de uma votação imediata poder resultar no mandato de quatro anos, pois isto seria indiferente à simples decisão sobre o mandato, seja qual for o resultado, cessa o elemento de barganha mais valioso para os que compõem o Centrão.

Embora não cite esse argumento, Lourenço abre brechas para o entendimento desse verdadeiro motivo ao mostrar-se contraditório em suas declarações: em algumas ocasiões diz não estar assegurado ainda o mandato de cinco anos, devido à necessidade de "ajustes" no Governo. Em outras ocasiões, garante que esse mandato será aprovado de qualquer maneira, "pois não podemos discriminar o presidente Sarney", fixando para ele um mandato menor do que aquele estabelecido para seus sucessores. Aparentemente "preocupado" com o "risco" de Sarney perder em plenário, Lourenço evidencia apenas a tática no sentido de dar ao Centrão mais tempo para pressionar o Governo em troca de vantagens.